

A EXPANSÃO DO ENSINO SUPERIOR E AS POLÍTICAS PÚBLICAS: UM ESTUDO DO PROUNI

THE EXPANSION OF HIGHER EDUCATION AND PUBLIC POLICIES: A STUDY OF THE PROUNI PROGRAM

Orcione Aparecida Vieira Pereira

Doutoranda em Ciências Sociais pela Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF)

E-mail: orcione@hotmai.com

Fernando Tavares Júnior

Professor Adjunto do Departamento de Ciências Humanas do Instituto de Ciências Humanas da Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF)

E-mail: ftavares@caed.ufjf.br

RESUMO

Este artigo objetiva caracterizar a expansão do ensino superior brasileiro através da análise de uma política pública educacional e seus resultados, bem como comparar dados nacionais referentes ao número de matrículas neste nível de ensino com os de outros países da América Latina enfatizando os da Argentina. Foram utilizados a Lei n. 11.096/2005 que instituiu o PROUNI, dados do Ministério da Educação do Brasil e da Argentina e da CEPAL. Conclui-se que a expansão do ensino superior ocorrida nas últimas décadas no Brasil trouxe implicações tanto na economia material como na posicional.

PALAVRAS-CHAVE: Ensino Superior. Política pública educacional. Economia posicional. Economia material.

ABSTRACT

The objective of this article is to characterize the expansion of higher education in Brazil through analysis of a public education policy and its results, as well as compare national data on the number of students enrolled at this education level with those of other Latin American countries, with an emphasis on Argentina. Utilized in the study were Law n. 11.096/2005 establishing PROUNI, data from the Ministry of Education of Brazil and of Argentina, and ECLAC. It was concluded that the expansion of higher education in recent decades in Brazil has brought implications on the material and positional economy.

KEYWORDS: Higher Education. Public education policy. Positional economy. Material economy.

INTRODUÇÃO

Este trabalho objetiva caracterizar a expansão do ensino superior no Brasil por meio da análise de uma política pública educacional e seus resultados, comparar dados desta expansão com os dados de outros países da América Latina e apontar possíveis implicações

desta expansão. A escolha por este objeto se justifica pela importância que este nível de educação tem atualmente, sendo considerado por muitos pesquisadores como um ator estratégico na sociedade contemporânea, na qual o conhecimento é a peça-chave para o desenvolvimento científico, tecnológico e econômico; pela sua complexidade, pois envolve um conjunto de instituições e atores que fornece informações para a sua análise enquanto uma verdadeira arena de políticas públicas (Lowi, 1964); e pelo significado que está adquirindo por diversos grupos sociais que investem neste nível de ensino como forma de obtenção de uma melhor posição social, onde se busca almejar um diferencial em relação aos demais atuando, desta forma, na economia posicional (Hirsch, 1979).

Enquanto um dos níveis de ensino que constitui o sistema educacional brasileiro, o ensino superior possui particularidades que o distingue dos demais a começar pela sua complexa constituição que envolve todas as instituições de ensino superior do país, instituições governamentais, a representação política por meio de deputados e senadores, entidades de representação profissional, os corpos docente e discente e seus representantes. Evidentemente que estas peculiaridades lhe atribuem um contorno próprio que demanda políticas públicas educacionais muitas vezes específicas para regular a sua estrutura, gestão, avaliação, acesso, entre outras atividades.

Dentre estas políticas será analisada a Lei n. 11.096/2005 que instituiu o Programa Universidade para Todos (PROUNI) por se tratar de uma política de acesso à educação superior que atua na inclusão de estudantes na rede particular de ensino e que, em consonância com outras políticas – de cotas e o REUNI –, contribui para a promoção da expansão do ensino superior. Serão apresentados dados referentes ao crescimento do número de matrículas no Brasil e países da América Latina, destacando a comparação com a Argentina, que permitirão uma melhor contextualização do objeto.

Outro aspecto a ser discutido neste trabalho será como esta expansão pode ter implicações na sociedade brasileira, uma vez que o ensino superior trafega entre as duas economias apontadas por Hirsch (1979): material e posicional. Quando o investimento neste nível de ensino tem como meta o aumento da produtividade e eficiência, ele opera dentro da lógica da economia material que versa sobre o funcionamento da economia de mercado através do cálculo do custo de produção, utilização de recursos disponíveis, lucro e demanda. A partir do momento que o investimento adquire o significado de diferenciação e, no caso da educação do consumo defensivo por meio da obtenção de credenciais, ele passa a operar dentro da premissa da economia posicional, na qual prevalecem os valores da escassez, a limitação dos recursos e sua posse. Nesta lógica, quanto mais as pessoas possuem recursos –

objetos de luxo, obras de arte, propriedades, credenciais –, mais adquirem status e, conseqüentemente, se situam melhor na estrutura social, fato que pode contribuir para o aumento da desigualdade em uma sociedade.

O recorte temporal para a caracterização pretendida compreendeu os anos 1990 e 2000. A década de 1990 se caracterizou como um período de abertura econômica liberal, a qual imprimiu novos contornos às políticas e reformas do Estado. As reformas educacionais acentuaram tendências privatistas e os efeitos dessas reformas neste setor afetaram o financiamento, com a conseqüente redução do investimento público, e reestruturaram juridicamente dos sistemas de ensino, com a criação de nova legislação e redefiniram o papel social do Estado que passa a atuar como avaliador e fiscalizador, e não mais como responsável direto (Sverdlick; Ferrari; Jaimovich, 2005), segundo a tese que “o sistema de ensino superior deveria se tornar mais diversificado e flexível, objetivando uma contenção nos gastos públicos” (Chaves; Lima; Medeiros, 2008, p. 334). No início dos anos 2000 ainda continuavam a vigorar estas reformas que seguiam as diretrizes dos organismos internacionais.

Desta forma, este artigo está dividido em quatro seções. A primeira apresenta uma perspectiva teórica para análise de políticas públicas. A segunda ilustra um caso brasileiro analisando a política do PROUNI. A terceira compara e discute dados sobre a expansão do ensino superior no Brasil e outros países da América Latina, apontando possíveis implicações do fenômeno e a última assinala as considerações finais.

POLÍTICAS PÚBLICAS

O conceito de política envolve uma série de decisões e ações que são tomadas de forma conjunta em consonância com os valores dos atores envolvidos. A política ou as políticas são geralmente públicas, e sua formulação é influenciada de forma direta pela estrutura e natureza do Estado, bem como pelos interesses de diferentes grupos da sociedade que podem implementá-las, sugerir-las ou simplesmente impedir que elas entrem em debate (Dahl, 1957; Fernandes, 2007). Assim, a política pública está relacionada praticamente a tudo aquilo que o governo faz em uma sociedade, ou seja, controlar e administrar conflitos internos e externos, distribuir recursos e benefícios entre os cidadãos, instituir taxas e tributos para gerar receita e a sustentabilidade do Estado, regular comportamentos por meio da utilização legítima da força, organizar e estabelecer burocracias (Dye, 2011).

A análise das políticas públicas criadas para organizar as atividades que o governo faz em uma sociedade, efetivá-las, fiscalizá-las e avaliar os seus resultados, constitui um campo de conhecimento que se baseia em diversas ciências humanas, com o objetivo de conhecer e propor soluções para problemas reais desta área. Ao analisar e estudar as políticas públicas estuda-se “quem obtêm o quê, quando e como” (Dye, 2011, p. 1), pois se consegue identificar e apontar todas as partes, aspectos e atores envolvidos no sistema político, bem como as instituições, os processos e comportamentos presentes em uma sociedade. Com isso, torna-se possível descrever e explicar dentro de uma perspectiva comportamental as causas e as explicações das ações dos governos através da atuação de suas instituições e estruturas.

Cabe destacar que as decisões políticas envolvem vários graus de dificuldades técnicas durante sua implementação que retratam as realidades e as verdades deste processo, e essa é afetada pelas mudanças nas condições socioeconômicas, disponibilidade de tecnologia e das circunstâncias políticas dentro de um determinado contexto social. Estudos neste campo são classificados em duas grandes vertentes: a primeira é descritiva e objetiva conhecer o processo de elaboração das políticas – formulação, implementação e avaliação – através de suas características e seus processos de elaboração. A segunda é prescritiva e busca apoiar e enriquecer o processo de elaboração de políticas e a tomada de decisão dos ‘fazedores de política’ (*policy-makers*) na promoção de um bom governo (Souza, 2006).

Essa análise pode ocorrer por meio de modelos que são representações simplificadas de algum aspecto da realidade e sua utilização possibilita uma melhor compreensão das políticas e dos atores envolvidos por meio da identificação de aspectos relevantes dos problemas políticos, do estabelecimento do diálogo com cada parte do processo, dos esforços orientados para a análise da importância, aplicação e consequências das políticas, além de fornecer sentido para os aspectos significativos das políticas por meio de sua cientificidade e grau de generalização, bem como serve para acompanhar a evolução da política ao longo do tempo e sua relação com a realidade. Entre os modelos de análise de políticas públicas apresentados por Draibe (2001), Souza (2006) e Dye (2011), dois foram usados para nortear a análise do conteúdo das políticas analisadas.

O primeiro é o do institucionalismo que analisa a política pública como um produto das instituições governamentais, tais como o congresso, a presidência, as câmaras legislativas, as cortes, as burocracias, os estados e os municípios, por exemplo. Assim, as políticas públicas são determinadas, implementadas e fiscalizadas por estas instituições e, por isso mesmo, adquirem três características peculiares: são legítimas, são universais por se

aplicarem a todas as pessoas da sociedade e têm que ser obrigatoriamente cumpridas, pois o governo pode utilizar a força de forma legítima neste cumprimento (Dye, 2011).

O segundo modelo é o do processo político que enfoca o comportamento adotado pelos diversos atores na atividade política, tais como os grupos de interesse, legisladores, o presidente e as burocracias. Este modelo também possui várias fases que o caracterizam, como por exemplo, a identificação dos problemas através da demanda dos indivíduos e grupos para a ação governamental; o cenário da agenda onde recai o foco de atenção da mídia e dos públicos específico e geral sobre o problema a ser resolvido; a formulação da política por meio do desenvolvimento das propostas políticas dos grupos de interesse; a legitimação política que envolve a seleção e a apresentação das políticas para as ações governamentais; a implementação da política que implica no emprego da política pelos meios burocráticos; e a evolução da política através do acompanhamento das agências, mídia e público em geral (Dye, 2011).

A implementação de uma política constitui o momento em que ela é instaurada (sancionada ou promulgada) e o seu desenvolvimento. Neste processo podem surgir vários problemas, principalmente devido ao seu desenho, uma vez que na realidade podem ser verificados alguns problemas em sua aplicação. Além dos componentes dos modelos apontados, a análise da política pública foi feita através do estudo do conteúdo da política educacional de acesso ao ensino superior escolhida, o qual descreve o surgimento, desenvolvimento e os seus resultados.

Com base nas características dos modelos e no tipo de análise das políticas, de forma explicativa foi elaborado o Quadro 1 que será utilizado como roteiro para a análise da política neste estudo.

Quadro 1 – Componentes da análise da política pública de educação superior no Brasil no que tange ao acesso.

CONTEÚDO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS DE EDUCAÇÃO SUPERIOR	COMPONENTES DE ANÁLISE BASEADOS NOS MODELOS DO INSTITUCIONALISMO E DO PROCESSO POLÍTICO
Surgimento	<ul style="list-style-type: none"> - Cenário da agenda: recorte temporal e processo de formulação - Instituições governamentais e atores envolvidos - Comportamento e parcerias entre os atores - Problema(s) e demanda(s) identificado(s) - Interesses
Desenvolvimento	<ul style="list-style-type: none"> - Data de implementação - Desenho da política - Ações governamentais instituídas - Objetivo(s) - Financiamento
Resultados	<ul style="list-style-type: none"> - Descrição da evolução da(s) política(s) - Dados resultantes da implementação das políticas

Fonte: adaptado de Draibe (2001) e Dye (2011).

Neste sentido, será avaliada a Lei n. 11.096/2005 que institui o Programa Universidade para Todos (PROUNI).

ANÁLISE DA LEI QUE INSTITUI O PROGRAMA UNIVERSIDADE PARA TODOS (PROUNI)

Surgimento

Cenário da agenda: a Lei n. 11.096 de 13 de janeiro de 2005 que instituiu o Programa Universidade para Todos (PROUNI) (Brasil, 2005) foi criada por meio da Medida Provisória n. 213 de 10 de setembro de 2004 com o objetivo de garantir o acesso ao ensino superior dos estudantes de baixa renda através do preenchimento de vagas nas instituições privadas de ensino superior. A sua primeira configuração foi o Projeto de Lei (PL) n. 3.582 enviado ao Congresso Nacional em maio de 2004.

A urgência em implantar o programa levou o Presidente da República a sancionar a Medida Provisória (MP) n. 213 de 10 de setembro de 2004 (Cunha, 2007), que após muito debate e modificações ocorridas no Congresso, esta MP assumiu o seu contorno final ficando igual ao da Lei n. 11.096, sendo aprovada na data supracitada.

Instituições governamentais e atores envolvidos: de acordo com a Lei que institui o PROUNI, os atores citados e envolvidos diretamente são: Presidente da República / Poder Executivo; Congresso Nacional – Senado e Câmara de Deputados Federais; Ministério da Educação; Ministério da Previdência Social; Ministério da Fazenda; Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES); Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS); Fundo de Financiamento ao Estudante de Ensino Superior (FIES); Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE); Estudantes: oriundos de classes econômicas menos favorecidas, que tivessem cursado e concluído o ensino médio em escola pública ou com bolsa integral na escola privada; portadores de necessidades especiais, negros, indígenas e atletas; professores da rede pública de ensino; instituições de ensino superior (IES) privadas; e mantenedoras de IES privadas.

Esta política pública específica beneficiou dois atores sociais: os alunos aptos para ocupar estas vagas e as IES privadas que além de aproveitar o número de suas vagas ociosas, também conquistaram a isenção fiscal.

Comportamento e parcerias entre os atores: a ideia geral do programa era de que as IES privadas, em troca da isenção fiscal ofertassem bolsas de gratuidade nos cursos superiores de graduação e sequenciais de formação específica para estudantes provenientes de famílias de baixa renda, bem como para indígenas, negros e pardos, deficientes físicos e professores das redes públicas de ensino, “neste último caso, independentemente da situação financeira e racial” (Cunha, 2007, p. 819).

O termo de adesão quando firmado entre o governo federal e as IES privadas tinha a duração de dez anos com renovação indefinidamente.

A Lei do PROUNI determinava que os bolsistas integrais deveriam possuir renda familiar *per capita* igual ou menor que um salário mínimo e meio, e para ter direito às bolsas parciais (50 e 25%) ter renda familiar *per capita* menor que três salários mínimos.

Problema(s) e demanda(s) identificado(s): a Lei n. 11.096 surgiu para aumentar as possibilidades de jovens, com idade entre 18 e 24 anos provenientes de famílias de baixa renda, terem acesso ao ensino superior, numa tentativa do governo atingir a meta estipulada pelo Plano Nacional de Educação (Brasil, 2001) para o final dos anos 2000 de ter 30% de jovens nesta faixa etária matriculados na educação superior. Como as IFES não teriam como suprir esta demanda, a saída encontrada pelo governo foi fazer um acordo com as IES privadas por meio do PROUNI.

Interesses: o programa foi ao encontro da demanda de acesso ao ensino superior gratuito e da determinação do Plano Nacional de Educação de aumentar a taxa de escolarização dos jovens de 18 a 24 anos para 30% até o final da primeira década dos anos 2000. Esta demanda em um primeiro momento não foi atendida pelas instituições públicas, então foi feito o acordo com as instituições privadas mediante o PROUNI.

A Medida Provisória n. 213/2004 foi ao encontro dos interesses das IES privadas, com representação na Câmara dos Deputados e Senado e a partir da promulgação da Lei n. 11.096 em 2005, as entidades representativas das IES privadas manifestaram-se em apoio ao programa, satisfeitas com as condições estabelecidas, particularmente com o benefício da isenção fiscal (Cunha, 2007).

Desenvolvimento

Data de implementação: a Lei n. 11.096 que institui o Programa Universidade para Todos¹ (PROUNI) foi sancionada pelo Presidente da República no dia 13 de janeiro de 2005 e

¹ Neste caso, todas as instituições de ensino superior privadas foram consideradas universidades pelo governo brasileiro.

regula a atuação das entidades beneficentes de assistência social do ensino superior. Esta Lei teve o seu Artigo 7 alterado pela Lei n. 11.509, de 20 de julho de 2007, e seu Artigo 8 alterado pela Lei n. 12.431 de 27 de junho de 2011. Ressalta-se que estas alterações não modificaram, de forma abrangente a Lei n. 11.096.

Desenho da política: a Lei n. 11.096/2005 possui 23 Artigos que se subdividem em seções e parágrafos. Os quatro primeiros Artigos versam sobre o objetivo do programa, as formas de concessão e os valores das bolsas, também descreve quais são os seus destinatários.

O quinto, sexto e sétimo Artigos esboçam as informações referentes à forma de adesão, manutenção do número de bolsas e as obrigações das instituições privadas de ensino superior perante o programa.

O oitavo Artigo prevê as formas de isenção de impostos e contribuições estipuladas pelo governo para as IES privadas que aderiram ao PROUNI. O Artigo 9 informa quais são as penalidades que as instituições privadas poderão sofrer caso não cumpram todas as obrigações previstas no termo de adesão ao programa.

Os Artigos 10, 11, 12, 13 e 14 estabelecem os critérios que as IES particulares deverão adotar para distribuir as bolsas entre os seus alunos, bem como deverá ser este procedimento. A forma como as instituições deverão prestar contas do desenvolvimento do programa e como o governo acompanhará e fiscalizará este processo está esboçada nos Artigos 15 e 16. O Artigo 17 foi vetado.

O Artigo 18 informa que os resultados do programa serão amplamente divulgados anualmente pelo Poder Executivo e os demais Artigos, do 19 ao 23, trazem as disposições complementares da Lei.

Ações governamentais: de acordo com a Lei n. 11.096/05, o governo passou, mediante a assinatura do termo de adesão ao programa por parte das instituições privadas de ensino superior, a ofertar as bolsas de ensino aos alunos que atendessem aos critérios, a isenção fiscal como contrapartida da adesão às instituições, bem como o papel de fiscalizar e divulgar todas as ações do programa.

Objetivo(s): ao analisar a Lei como um todo, verificou-se que seu primeiro objetivo é (Brasil, 2005):

Art. 1º Fica instituído, sob a gestão do Ministério da Educação, o Programa Universidade para Todos - PROUNI, destinado à concessão de bolsas de estudo integrais e bolsas de estudo parciais de 50% (cinquenta por cento) ou de 25% (vinte e cinco por cento) para estudantes de cursos de graduação e sequenciais de formação específica, em instituições privadas de ensino superior, com ou sem fins lucrativos.

Financiamento: do governo federal mediante a isenção fiscal das IES privadas participantes controlada pelos Ministérios da Fazenda e da Previdência Social. O controle e a fiscalização deste processo ocorrerão da seguinte forma (Brasil, 2005):

Art. 16. O processo de deferimento do termo de adesão pelo Ministério da Educação, nos termos do art. 5º desta Lei, será instruído com a estimativa da renúncia fiscal, no exercício de deferimento e nos 2 (dois) subsequentes, a ser usufruída pela respectiva instituição, na forma do art. 9º desta Lei, bem como o demonstrativo da compensação da referida renúncia, do crescimento da arrecadação de impostos e contribuições federais no mesmo segmento econômico ou da prévia redução de despesas de caráter continuado.

Parágrafo único. A evolução da arrecadação e da renúncia fiscal das instituições privadas de ensino superior será acompanhada por grupo interministerial, composto por 1 (um) representante do Ministério da Educação, 1 (um) do Ministério da Fazenda e 1 (um) do Ministério da Previdência Social, que fornecerá os subsídios necessários à execução do disposto no caput deste artigo.

Resultados

Descrição da evolução da política: ainda em vigor, o PROUNI foi implantado nas instituições privadas de ensino superior no ano de 2005, tanto nas que não têm fins lucrativos quanto nas que têm, mediante a assinatura de um termo de adesão que determinava todas as obrigações das instituições. Para ter adesão ao programa no ano de 2005, as IES privadas não filantrópicas tinham que oferecer uma bolsa integral (100%) para cada 10,7 alunos pagantes ou, de forma alternada, uma bolsa integral a cada 22 alunos pagantes e um número de bolsas parciais (50% e 25%). As IES privadas filantrópicas ficaram obrigadas a ofertar bolsas integrais e parciais no valor total igual a 20% da receita anual (Cunha, 2007).

Dados resultantes da implementação da política: o programa começou a disponibilizar as bolsas no ano de 2005, sendo assim distribuídas até o ano de 2011 (Tabela 1). Entre estes bolsistas, 49% estão matriculados em IES privadas com fins lucrativos, 28% em IES que se configuram como entidades beneficentes de assistência social e 23% em instituições privadas de ensino superior sem fins lucrativos.

Tabela 1 – Número de bolsas ofertadas por ano pelo PROUNI, 2011.

Ano	Tipo de bolsas		Total
	Integral	Parcial	
2005	71.905	40.370	112.275
2006	98.698	39.970	138.668
2007	97.631	66.223	163.854
2008	99.495	125.510	225.005
2009	153.126	94.517	247.643
2010	125.922	115.351	241.273
2011	129.672	124.926	254.598

Fonte: Brasil (2011).

Em relação à distribuição por região, 52% dos bolsistas estão situados no Sudeste, 19% no Sul, 15% no Nordeste, 9% no Centro-Oeste e 5% na região Norte do país. No ano de 2011 o programa beneficiou 919.551 estudantes de todo país (Brasil, 2011).

ANÁLISE COMPARADA

Expansão das matrículas

Desde os anos 1970, o ensino médio foi o nível que apresentou as taxas mais expressivas de crescimento. Os principais motivadores foram: a Reforma na Lei de Diretrizes e Bases de 1971 (Brasil, 1971), que priorizou este nível de ensino, a municipalização do ensino fundamental nos anos 1980 e 1990, que deixou os Estados com maiores condições de se dedicarem ao nível médio, e às correções de fluxo do ensino fundamental que aumentaram exponencialmente a demanda por vagas neste nível.

O Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério (FUNDEF) cumpriu papel relevante na expansão do fundamental no final dos anos 90, além de os governos militares terem incentivado sua expansão nos anos 70. Foi também um período marcado pela federalização e interiorização de universidades, o que ampliou muito a matrícula no ensino superior. Contudo, este nível ficou praticamente estagnado depois até o período do governo do presidente Fernando Henrique Cardoso e a aprovação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN) de 1996 (Brasil, 1996), incluindo o cunho privatista do Conselho Nacional de Educação. Desde 1998, o ensino superior foi o que mais cresceu e o que este crescimento significou foi uma ampliação em torno de um milhão de matrículas em quatro anos, algo comparável ao crescimento verificado entre 1974 a 1997.

O ensino superior no Brasil apresentou considerável expansão na década de 1990, impulsionado pelo crescimento do ensino médio e que aumentou consequentemente o número de candidatos a ingressarem no ensino superior; pelas políticas públicas que possibilitaram a criação de novas vagas. Outro fator decisivo foi o aumento do número de Instituições de Ensino Superior (IES). Bittar, Oliveira e Morosini (2008) apontam que houve um crescimento de 120% no número de instituições e vagas e de 180% no número de cursos de graduação presencial. Soma-se a esses um grande motivador: as elevadas taxas de retorno, tanto social quanto econômico, auferido pela obtenção do diploma.

Observa-se que o acesso ao nível superior se deu mais rapidamente do que a elevação da escolaridade média, principal indicador de estoque de Capital Educacional. Em 2001, de acordo com dados da PNAD, 7,9% da população teve acesso a este nível, quase o dobro da marca de 1981 (3,99%) e apresentando crescimento proporcional ao verificado entre 1981 e 1993. A escolaridade média também cresceu consideravelmente, saltando de 3,27 em 1976 para 6,06 em 2001.

Esses indicadores positivos para o Brasil devem ser contrastados com seu desempenho em relação a outros países com contextos similares, como aqueles da América Latina. Os dados foram extraídos do Anuário Estatístico da Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL) e não apresentam informações completas para a série e para todos os países, dos quais foram selecionados doze para a comparação. Percebe-se que em geral os países melhoraram seus indicadores educacionais, em especial do ensino superior. Suas taxas de crescimento apresentam desvios consideráveis, ao contrário do Brasil, e por isso os dados foram agregados em períodos de 3, 6 e 12 anos. Observa-se que a situação do Brasil melhorou muito pouco (Tabela 2) em relação ao conjunto da população (matrículas por mil habitantes), ficando ao lado de Honduras e Paraguai, mesmo apresentando grande melhora nas matrículas nos últimos anos (Tabela 3), a segunda mais elevada mesmo sem considerar os anos de maior expansão (2000 e 2001). Os ordenamentos (*ranking*) oferecem a possibilidade de comparação rápida entre os países.

Tabela 2 - Médias de matrículas por mil habitantes em doze países, dois períodos e *ranking* (r).

País	81/92	Ranking1	93/99	Ranking2	Diferença	Ranking3
Argentina	26,2	1	31,1	1	5,0	4
Bolívia	15,5	6	21,3	6	5,8	3
Brasil	10,7	10	11,7	9	1,0	10
Chile	14,6	7	24,4	5	9,8	1
Colômbia	12,7	9	16,0	8	3,3	7
Cuba	21,1	4	11,4	10	-9,7	12
Honduras	8,0	11	10,9	11	2,9	9
México	14,5	8	17,6	7	3,1	8
Paraguai	7,8	12	7,0	12	-0,8	11
Peru	24,2	3	28,2	3	4,0	6
Uruguai	20,5	5	25,2	4	4,7	5
Venezuela	24,7	2	30,6	2	6,0	2

Fonte: CEPAL (2000).

Tabela 3 - Taxas médias de expansão das matrículas no ensino superior em doze países, dois períodos e ranking.

País	81/92	Ranking1	93/99	Ranking2	Diferença	Ranking3
Argentina	6,65	3	1,5	10	-5,15	10
Bolívia	7,87	2	10,8	2	2,89	5
Brasil	0,75	12	6,4	5	5,67	2
Chile	10,52	1	6,0	7	-4,56	9
Colombia	5,87	7	6,0	6	0,09	7
Cuba	2,55	9	-10,0	12	-12,50	12
Honduras	6,07	6	9,4	3	3,36	4
México	2,52	10	7,4	4	4,87	3
Paraguai	1,29	11	3,5	9	2,17	6
Peru	6,52	5	0,7	11	-5,84	11
Uruguai	6,57	4	4,3	8	-2,29	8
Venezuela	3,84	8	11,1	1	7,26	1

Fonte: CEPAL (2000).

Nos anos 2000, diversos esforços foram feitos para ampliar o acesso ao ensino superior, uma vez que a expansão do acesso teve grande impulso entre os anos de 1999 e 2004, com um crescimento de 87,1% no número de ingressantes nas IES (Brasil, 2004). Mesmo com esta expansão, evidencia-se que prevalece ainda a dificuldade de acesso à educação superior brasileira, particularmente em relação às IES públicas, “nas quais a oferta de vagas, mesmo tendo aumentado significativamente nos últimos anos, situa-se ainda muito aquém de atender às reais demandas da maioria da população” (D’Ávila *et al.*, 2011, p. 350).

Outra consequência que se observa é que mediante a legislação e as políticas públicas implementadas pelo Estado para atender a uma demanda crescente, este nível de educação tornou-se um ramo rentável de negócios que originou empresas, contrariando os valores da universidade de, além de promover a educação superior, promover cultura, fazer ciência e desenvolver tecnologia, e em muitos casos IES particulares se transformaram meramente em produtoras de diplomas.

De acordo com o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP) do Ministério da Educação (MEC) (Brasil, 2009), o país possuía no ano de 2009 um total de 2.314 instituições de ensino superior IES, sendo que 2.069 eram privadas. A Tabela 4 mostra o número das instituições distribuídas por organização acadêmica.

Tabela 4 – Instituições de ensino superior do Brasil de acordo com a organização acadêmica (n=106).

Organização Acadêmica	n	%
Universidades	186	8,0
Centros Universitários	127	5,5
Faculdades	1.966	85,0
CEFETs/IFETs*	35	1,5
Total	2.314	100

Fonte: MEC/INEP (Brasil, 2009).

* Centros Federais de Educação Tecnológica / Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia.

Nestas instituições havia um total de 5.115.896 estudantes matriculados, sendo 1.351.168 nas instituições públicas (Brasil, 2009). A Tabela 5 apresenta os números de alunos matriculados nas IES no período de 1999-2009.

Tabela 5 – Número de alunos matriculados no sistema de ensino superior brasileiro no período de 1999-2009 por categoria administrativa.

Ano	Categoria administrativa		Total
	Pública	Privada	
1999	832.022	1.537.923	2.369.945
2000	887.026	1.807.219	2.694.245
2001	939.225	2.091.529	3.030.754
2002	1.051.655	2.428.258	3.479.913
2003	1.136.370	2.750.652	3.887.022
2004	1.178.328	2.985.405	4.163.733
2005	1.192.189	3.260.967	4.453.156
2006	1.209.304	3.467.342	4.676.646
2007	1.240.968	3.639.413	4.880.381
2008	1.273.965	3.806.091	5.080.056
2009	1.351.168	3.764.728	5.115.896

Fonte: MEC/INEP (Brasil, 2009).

A taxa de crescimento no número de matrículas no período foi de 62,4% nas instituições públicas e de 144,8% nas instituições privadas, totalizando um crescimento total de 115,9% na educação superior brasileira. Mesmo apresentando este crescimento considerável, a taxa de matrícula na educação superior brasileira atingia em 2006 apenas 10% dos jovens situados na faixa etária de 18 a 24 anos.

A título de comparação, na Argentina a taxa de crescimento no número de matrículas no mesmo período foi de 24,2% nas instituições públicas e de 83,6% nas instituições privadas, totalizando um crescimento de 33,0% na educação superior deste país no mesmo período. Nota-se que mesmo com o crescimento considerável do número de matrículas nas instituições privadas, prevalece ainda o maior número de matrículas nas instituições públicas que em 2009 era de 79,5% (Argentina, 2009).

A reforma universitária na Argentina nos anos 1990 caracterizou-se como sendo competitiva, face à globalização, a crise de bem-estar e fiscal do Estado, das premissas das políticas de cunho neoliberais e a forte influência e intervenção sofridas pelos organismos internacionais, em especial o Banco Mundial (Cunha; Rodrigues Primo, 2011). A reforma dos anos 1990 objetivava tornar o Estado menos burocrático, mais eficiente e democrático.

Os dados do Anuário de Estatísticas Universitárias da Argentina (Argentina, 2009) ainda evidenciam que pelo *ranking* utilizado pela Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), a taxa de escolarização superior entre a população entre 20 e 24 anos em 2001 era de 51,0% e no ano de 2009 atingiu 69,5%. Com base nestes

dados é que a educação superior argentina é considerada pela UNICEF e UNESCO como a que atinge mais amplamente a coorte que deveria estar no ensino superior (18 a 24 anos) e a que apresenta a taxa mais alta de matrículas na América Latina, o que caracteriza a sua universalização. De acordo com o referido Anuário o país possuía um total de 106 instituições de ensino superior (IES) no ano de 2009, assim distribuídas (Tabela 6).

Tabela 6 – Instituições de ensino superior da Argentina de acordo com a categoria administrativa e a organização acadêmica (n=106).

Organização Acadêmica	Categoria administrativa							
	Pública		Privada		Estrangeira		Internacional	
	n	%	n	%	n	%	n	%
Universidades	41	38,7	45	42,4	1	0,9	0	-
Institutos universitários	7	6,7	11	10,4	0	-	1	0,9
Total	48	45,4	56	52,8	1	0,9	1	0,9

Fonte: Argentina (2009).

Nestas instituições havia um total de 1.650.150 estudantes matriculados, sendo 1.312.549 nas instituições públicas e 337.601 nas privadas (Argentina, 2009). A Tabela 7 apresenta os números de alunos matriculados no período de 1999-2009.

Tabela 7 – Número de alunos matriculados no sistema de ensino superior da Argentina no período de 1999-2009 por categoria administrativa.

Ano	Categoria administrativa		Total
	Pública	Privada	
1999	1.056.650	183.886	1.240.536
2000	1.138.503	201.237	1.339.740
2001	1.209.328	203.671	1.412.999
2002	1.257.707	204.612	1.462.319
2003	1.273.832	215.411	1.489.243
2004	1.299.564	237.089	1.536.653
2005	1.295.989	257.711	1.553.700
2006	1.306.548	279.972	1.586.520
2007	1.270.295	298.770	1.569.065
2008	1.283.482	317.040	1.600.522
2009	1.312.549	337.601	1.650.150

Fonte: Argentina (2009).

O crescimento acadêmico na Argentina começou na década de 1940 dentro de um padrão tradicional e não apresentou um aumento em seus números que caracterizassem uma expansão da escolarização do ensino superior nos anos 1990 e 2000 como observado no Brasil, o que pode ser observado nos dados da CEPAL (Tabelas 2 e 3).

O Brasil é um dos países com a educação superior mais privatizada do mundo. Sverdlick, Ferrari e Jaimovich (2005) afirmam que ele ocupava o 7º lugar no ano de 2001.

Num universo de 50 países membros e não membros da OCDE foram disponibilizadas informações sobre a educação superior que apontavam que o Brasil ocupava o 12º lugar no *ranking* de crescimento deste nível da educação por meio do setor privado (Nunes, 2007).

Este é um dos resultados das políticas públicas de educação superior na década de 1990 que possibilitou o crescimento acelerado do sistema por meio da diversificação das ofertas, do crescimento do número de matrículas nas IES privadas e da racionalização dos recursos nas Instituições Federais de Educação Superior (IFES) (Oliveira *et al.*, 2008). Nunes (2007) relata que o Estado brasileiro escolheu a estratégia de ‘não-decisão’ quando transferiu a tarefa de expansão do ensino superior para o setor privado por meio da mercantilização do ensino em consonâncias com os ideais neoliberais, de forma decisória incremental.

Este fato mostra, de certa forma, como o Brasil conjuga políticas restritivas e universais, o que Draibe (2001) caracteriza como um *welfare state* misto e inacabado, institucionalizado a partir do governo de Fernando Henrique Cardoso. Além disso, um dos limites que se observa nas IES privadas, principalmente nas de pequeno porte, é que geralmente a maioria delas não tem com objetivo investir na pesquisa e tampouco formar pesquisadores, o que pode ter um efeito negativo na formação dos estudantes beneficiados pelo PROUNI que dificilmente terão estes benefícios e não estarão com condições de igualdade de formação perante outros estudantes na competição no mundo do trabalho e na sociedade (Dias Sobrinho, 2010).

Sguissardi (2005, p. 215) afirmou nas considerações finais de seu trabalho que não tem como pensar somente em um modelo de universidade neoprofissional “em detrimento da universidade de pesquisa”. Cabe repensar também sobre o papel do Estado que tem que atuar em prol dos benefícios sociais comuns, o que inclui a expansão, a qualidade e a manutenção de uma Universidade para todos.

Possíveis implicações

A distribuição desigual do acesso, do fluxo e da qualidade da educação cumpre papel perverso. O valor das credenciais educacionais, tanto em volume (estratificação vertical) quanto em tipo (estratificação horizontal), é tanto maior quanto mais desigual é sua distribuição. Isso ocorre em função de lógicas sociais e econômicas que caracterizam os serviços educacionais na economia posicional (Hirsch, 1979) e lá configuram suas credenciais em função de seu valor de escassez e não em função de seu papel social (cidadania) e sua capacidade produtiva (papel econômico).

A maior vantagem da manutenção de bens e serviços na economia posicional é a garantia limitada do acesso a eles e, portanto, sua manutenção como mecanismo privilegiado de classe para sua reprodução. À medida que uma classe mantém controle sobre determinado bem ou serviço, que pode ser um direito exclusivo (que por si já configura um privilégio), uma prerrogativa, bens imobiliários, monopólios ou outros campos de acesso restrito, o objeto ao qual se tem acesso limitado é valorado tanto em função de seu poder econômico e social quanto em função de seu valor de escassez. A classe que controla o acesso, ou que tem acesso facilitado / privilegiado, a este conjunto de bens e serviços acaba por defender este privilégio, uma vez que passa a atuar como um mecanismo de sua reprodução, bem como de valorização de seu esquema de capitais, logo maior distinção social.

No caso de serviços públicos, como educação e saúde, o acesso privilegiado a determinado bem ou serviço, tanto quanto à sua qualidade, faz com que algumas classes valorizem a distribuição desigual uma vez que o acesso privilegiado a tais serviços acaba por atuar como duplo privilégio: agrega valor ao conjunto de capitais já acumulado e facilita a reprodução de sua posição de classe. Especificamente em relação às cotas nas universidades, a tendência é que ocorra uma disputa pelas posições de interesse, no caso específico pelas vagas nas carreiras mais valorizadas.

O histórico de elevadíssima exclusão educacional produziu comportamentos de classes que valorizam a qualidade, em especial as classes médias que dependem desta forma de capital para sua reprodução. No entanto, essas classes médias tenderam a retirar seus filhos da escola pública e produzir o binômio “ensino básico particular + ensino superior público” como um forte reprodutor de sua posição social. Nas últimas décadas, a este binômio foram acrescentados os fatores: “carreira” e “educação complementar”. Todos esses elementos são de acesso restrito, necessitam de investimento privado / familiar e só produzem o efeito social pretendido ao se manterem exclusivos e excludentes, por garantirem o alcance de credenciais raras, que por sua vez viabilizam a reprodução de posição de classe.

A outra face desta dialética apresenta classes não privilegiadas que nunca tiveram acesso à escola básica pública, muito menos à educação de qualidade, e que também não mobilizaram tais credenciais para sua reprodução, uma vez que o padrão tecnológico-industrial também não o exigia. A alfabetização e o primeiro ciclo fundamental foram durante décadas suficientes para sustentar o modelo fordista de desenvolvimento econômico.

Desta forma, os problemas estruturais permanecem e reproduzem de forma perversa a desigualdade sempre observada no país. Diante de interesses de classe tão fortes e mobilizadores de capital político, somados à fragilidade dos principais atores sociais neste

contexto, somente o Estado parece ser capaz de induzir o desenvolvimento educacional, uma vez que todos os demais agentes se ocupam de outras prioridades ou têm interesses antagônicos ao desenvolvimento democrático da educação pública. Uma destas iniciativas foi a implementação da política de acesso ao ensino superior PROUNI.

O Estado pode desenvolver a educação sem que suas credenciais percam valor. Classes privilegiadas encontrarão formas de reprodução, como sempre o fizeram. No entanto, isso não deve impedir que seja universalizada a educação de qualidade, que é condição estrutural para o desenvolvimento econômico e social. Nesta consideração, importa compreender a relação que a educação tem com a dinâmica entre a economia posicional e a material.

No universo da economia material, um bem ou serviço pode ser produzido em qualidade e escalas cada vez mais intensas e é essa a tendência geral de todos os elementos que compõem esta esfera. O valor social das credenciais tende a ser reajustado em função de duas lógicas principais. A universalização da educação de qualidade faria com que as credenciais reguladas no campo posicional perdessem valor, porque deixariam de ser escassas. Por isso, expansão das oportunidades sofre atualmente limitação do investimento em função de sua não prioridade. Entende-se aqui como investimento o conjunto de ações sociais empreendidas para a realização de determinado fim, o que extrapola em muito o investimento meramente econômico.

No caso da educação, como de outros bens e serviços públicos, o investimento político e racional (intelectual) é muito mais importante que o investimento econômico. A análise aprofundada do fenômeno, iniciada pela mobilização de quadros de alto escalão e elevado nível intelectual, deve ser aliada à produção de consensos políticos necessários ao empreendimento de uma Reforma Educacional ampla. Elas são muito mais difíceis e caras do que a garantia ou mesmo a ampliação do financiamento da Educação. Por outro lado, as credenciais educacionais perderiam valor posicional, mas ganhariam valor material. A elevação da capacidade produtiva, produzida pela elevação dos níveis de aprendizagem, tende a elevar diretamente a produtividade e a produção de riquezas. O amadurecimento do eleitorado tende a reforçar a defesa do funcionamento político democrático e, por consequência, a eficiência e a qualidade do Estado.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Todas as experiências internacionais de desenvolvimento social e crescimento econômico passaram por reformas educacionais, eleitas como prioritárias e capazes de mobilizar os investimentos sociais necessários à sua gestação, formulação, implementação e desenvolvimento. No caso brasileiro, é importante analisar as Políticas Públicas dentro deste contexto mais amplo de transformação social.

Evidenciou-se neste trabalho a análise de uma política pública educacional de acesso ao ensino superior, o PROUNI, e seus efeitos no contexto de expansão deste nível de ensino no Brasil. Verificou-se que mesmo não sendo uma política que contemplasse amplamente as especificidades da educação superior, ela representou um avanço do Estado na expansão do ensino superior no país, em um cenário que é imprescindível o desenvolvimento da sociedade brasileira como um todo, mas principalmente no que tange à produtividade, ciência e tecnologia, marcos da economia material.

Ainda em relação à expansão do ensino superior, ressalta-se o crescimento do número de matrículas está ocorrendo. O Anuário Estatístico da CEPAL referente ao ano de 2010 assinalou que a taxa bruta de matrículas na educação terciária era de 34,4% no Brasil no ano de 2008. Não se pode afirmar que esta taxa refere-se somente às matrículas da graduação, mas representa um importante avanço, uma vez que o mesmo documento apontava que esta taxa de 16,1% no ano 2000.

O que se recomenda agora é que ele seja garantido por meio da implementação de políticas públicas que objetivem a manutenção deste crescimento e a qualidade deste nível de ensino. Acredita-se que esta seja também uma forma de valorizar as diversas graduações e teria um efeito sobre o valor atribuído às credenciais educacionais e o consumo defensivo realizado principalmente pelas classes mais privilegiadas, enfraquecendo a prática da economia posicional, sendo este um ponto crítico da atuação do Estado.

REFERÊNCIAS

ARGENTINA. Ministerio de Cultura Y Educación. *Anuário de 2009*. Estadísticas Universitárias. Disponível em: < <http://www.me.gov.ar/spu/documentos/Anuario-2009.pdf> >. Acesso em: 10 fev. 2012.

BITTAR, M.; OLIVEIRA, J. F.; MOROSINI, M. (Orgs.). *Educação superior no Brasil – 10 anos pós-LDB*. Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2008. p. 9-14.

BRASIL. *Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional*. Brasília: Ministério da Educação, 1971.

_____. *Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional*. Brasília: Ministério da Educação, 1996.

_____. Ministério da Educação. Instituto Nacional de Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. *Sinopse estatística da educação superior 2004*. Brasília, 2004. Disponível em: <<http://portal.inep.gov.br/superior-censosuperior-sinopse>>. Acesso em: 01 fev. 2012.

_____. Lei n. 11.096, de 13 de janeiro de 2005. Institui o Programa Universidade para Todos – PROUNI – regula a atuação de entidades beneficentes de assistência social no ensino superior; altera a Lei no 10.891, de 9 de julho de 2004, e dá outras providências. *Diário Oficial da [República Federativa do Brasil]*, Brasília, DF, 14 jan. 2005b. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2005/Lei/L11096.htm>. Acesso em: 02 fev. 2012.

_____. Ministério da Educação. Instituto Nacional de Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. *Sinopse estatística da educação superior 2009*. Brasília, 2009. Disponível em: <<http://portal.inep.gov.br/superior-censosuperior-sinopse>>. Acesso em: 01 fev. 2012.

_____. Ministério da Educação. Portal do Programa Universidade para Todos (PROUNI). *Dados e estatísticas*. Brasília, 2011. Disponível em: <http://prouniportal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=136:representas-grcas&catid=26:dados-e-estaticas&Itemid=147>. Acesso em: 14 fev. 2012.

COMISSÃO ECONÔMICA PARA A AMÉRICA LATINA E O CARIBE (CEPAL). *Anuário estatístico*. 2000. Disponível em: <http://www.eclac.org/cgi-bin/getProd.asp?xml=/deype/agrupadores_xml/aes250.xml>. Acesso em: 10 fev. 2012.

_____. *Anuário estatístico*. 2010. Disponível em: <http://websie.eclac.cl/anuario_estadistico/anuario_2010/esp/index.asp>. Acesso em: 10 jun. 2012.

CHAVES, V. L. J.; LIMA, R. N.; MEDEIROS, L. M. Reforma da educação superior brasileira – de Fernando Henrique Cardoso a Luiz Inácio Lula da Silva: políticas de expansão, diversificação e privatização da educação superior brasileira. In: BITTAR, M.; OLIVEIRA, J. F.; MOROSINI, M. (Orgs.). *Educação superior no Brasil – 10 anos pós-LDB*. Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2008. cap. 15.

CUNHA, L. A. O desenvolvimento meandroso da educação brasileira entre o estado e o mercado. *Educação e sociedade*, Campinas, v. 28, n. 100, p. 809-829, out. 2007. Disponível em: <www.cedes.unicamp.br>. Acesso em: 10 fev. 2012.

CUNHA, D. S. A.; RODRIGUES PRIMO, U. Relação entre o acesso ao ensino superior e a renda da população: um estudo comparativo Brasil-Argentina. In: CONGRESSO DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS PROGRAMAS DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS CONTÁBEIS, 5., 2011, Vitória/ES. *Anais...* São Paulo: ANPCONT, 2011, p. 1-14. Disponível em: <<http://www.anpcont.com.br/site/docs/congressoV/EPC320.pdf>>. Acesso em: 8 fev. 2012.

D'ALMEIDA, A. D.; MATALUNA, M. B.; CATTANI, A. M. O sistema universitário argentino em debate. *Avaliação – Revista da Rede de Avaliação Institucional da Educação Superior*, São Paulo, p. 89-103, 2005. Disponível em: <<http://educa.fcc.org.br/pdf/aval/v10n04/v10n04a07.pdf>>. Acesso em: 28 fev. 2012.

DAHL, R. A. The concept of power. *Behavioral Science*, v. 2, n. 3, p. 201-215, jul. 1957.

DIAS SOBRINHO, J. Democratização, qualidade e crise da educação superior: faces da exclusão e limites da inclusão. *Educação e sociedade*, Campinas, v. 31, n. 113, p. 1223-1245, out./dez. 2010. Disponível em: <www.cedes.unicamp.br>. Acesso em: 10 fev. 2012.

DRAIBE, S. *Avaliação de implementação política: esboço de uma metodologia de trabalho em políticas públicas*. São Paulo: IEE/PUC, 2001. p. 15-42.

DYE, T. R. *Understanding public policy*. 13. ed. Upper Saddle River, NJ: Pearson Education, 2011.

FERNANDES, A. S. A. *Políticas públicas: definição, evolução e o caso brasileiro*. São Paulo: Paulus, 2007. p. 1-20. Disponível em: <http://serv01.informacao.andi.org.br/b6d71ce_114f59a64cd_-7fcc.pdf>. Acesso em: 10 fev. 2012.

HIRSCH, F. *Limites Sociais do Crescimento*. Rio de Janeiro, Zahar Editores, 1979.

LOWI, T. American business: public policy, case studies, and political theory. *World Politics*, n. 18, 1964.

NUNES, E. Desafio estratégico da política pública: o ensino superior brasileiro. *Revista de Administração Pública*, Rio de Janeiro, v. 41, n. especial, p. 103-147, 2007.

OLIVEIRA, J. F. *et al.* Democratização do acesso e inclusão na educação superior no Brasil. In: BITTAR, M.; OLIVEIRA, J. F.; MOROSINI, M. (Orgs.). *Educação superior no Brasil – 10 anos pós-LDB*. Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2008. cap. 4.

SGUISSARDI, V. Universidade pública estatal: entre o público e o privado/mercantil. *Educação e Sociedade*, Campinas, v. 26, n. 90, p. 191-222, jan./abr. 2005.

SOUZA, C. Políticas públicas: uma revisão da literatura. *Sociologias*, Porto Alegre, ano 8, n. 16, p. 20-45, jul./dez. 2006.

SVERDLICK, I.; FERRARI, P.; JAIMOVICH, A.; *Desigualdade e inclusão no ensino superior*. Um estudo comparado em cinco países da América Latina. Tradução: Ana Carla Lacerda. Buenos Aires: Laboratório de Políticas Públicas Buenos Aires, 2005. Disponível em: <www.lpp-buenosaires.net>. Acesso em: 10 fev. 2012.